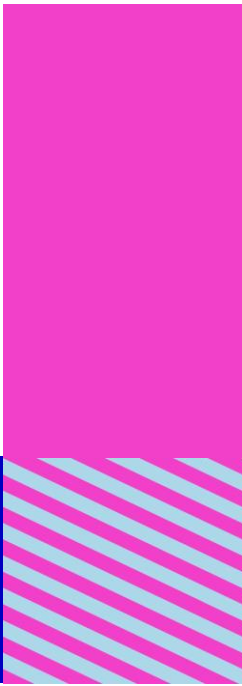




Votorantim Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021
e relatório dos auditores independentes**





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim Geração de Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Geração de Energia S.A. e da Votorantim Geração de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfases

Reorganização societária

Chamamos a atenção para a Nota 1.1.3 (c) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia será incorporada pela sua controlada em conjunto VTRM Energia Participações S.A. Desta forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Votorantim Geração de Energia S.A.

Ativo sujeito a indenização

Conforme mencionado na Nota 9 às demonstrações financeiras, a Cesp - Companhia Energética de São Paulo, investida indireta através da VTRM, possui reconhecido o montante de R\$ 1.719.390 mil na rubrica "Ativo sujeito a indenização", líquido de provisão, junto ao Governo Federal oriundo da indenização dos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Jupiá e Ilha Solteira. A Cesp pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 16 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Votorantim Geração de Energia S.A.

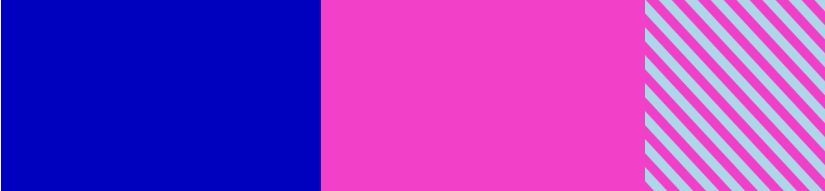
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2



Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais	11
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	18
2.1	Declaração de Conformidade	18
2.2	Base de apresentação	18
2.3	Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras	18
2.4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	18
2.5	Consolidação	19
2.6	Reapresentação espontânea de saldos comparativos	20
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	20
4	Informações suplementares, segmentos de negócios	21
5	Caixa e equivalentes de caixa	25
6	Contas a receber de clientes	26
7	Tributos a recuperar	27
8	Contratos futuros de energia	28
9	Investimentos	28
10	Imobilizado	33
11	Intangível	34
12	Arrendamentos	35
13	Fornecedores	36
14	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	36
15	Provisões	37
16	Partes relacionadas	38
17	Incentivo de longo prazo	41
18	Patrimônio líquido	41
19	Receita	42
20	Custos e despesas	43
21	Resultado financeiro líquido	45
22	Instrumentos financeiros e gestão de risco	45
23	Benefícios de plano de pensão	50
24	Seguros	50
25	Compromissos de longo prazo	50
26	Eventos subsequentes	51

Votorantim Geração de Energia S.A.
Balanco patrimonial
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020 (Reapresentado)		Nota	2021	2020	2021	2020 (Reapresentado)
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.286	159.824	79.321	229.469	Fornecedores	13	2.272	3.367	376.692	375.600
Contas a receber de clientes	6	1.104	3.131	380.302	400.046	Salários e encargos sociais		8.121	11.205	20.956	27.145
Tributos a recuperar	7	3.047	1.643	29.337	7.186	Incentivos de longo prazo	17	2.085	-	6.012	-
Dividendos a receber	16	72.272	174.494	72.272	174.041	Tributos a recolher		1.127	923	9.283	8.839
Contratos futuros de energia	8	-	-	844.826	653.796	Dividendos a pagar	16	74.341	100.941	74.341	100.941
Outros ativos		1.894	779	4.496	1.495	Contratos futuros de energia	8	-	-	767.493	604.503
		124.603	339.871	1.410.554	1.466.033	Arrendamentos	12 (b)	2.081	1.699	2.458	3.100
						Outros passivos		31	139	9.518	8.611
								90.058	118.274	1.266.753	1.128.739
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Provisões	15	-	-	1.904	1.313
Tributos a recuperar	7	-	-	815	430	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 (b)	40.450	41.220	51.574	48.025
Contratos futuros de energia	8	-	-	2.962.078	1.232.913	Arrendamentos	12 (b)	-	2.220	-	2.497
Outros ativos		51	244	56	244	Incentivos de longo prazo	17	8.722	7.002	23.945	19.917
		51	244	2.962.949	1.233.587	Contratos futuros de energia	8	-	-	2.992.417	1.224.311
						Outros passivos		-	99	1.730	953
								49.172	50.541	3.071.570	1.297.016
						Total do passivo		139.230	168.815	4.338.323	2.425.755
Investimentos	9	3.506.794	3.140.489	3.422.340	2.999.758						
Imobilizado	10	625	-	33.141	33.517	Patrimônio líquido	18				
Intangível	11	212	270	2.003	3.365	Capital social		2.439.361	2.430.448	2.439.361	2.430.448
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	12 (a)	1.967	3.782	2.358	5.336	Reservas de lucros		1.242.150	1.198.852	1.242.150	1.198.852
		3.509.598	3.144.541	3.459.842	3.041.976	Ajustes de avaliação patrimonial		(186.489)	(313.459)	(186.489)	(313.459)
		3.509.649	3.144.785	6.422.791	4.275.563	Total do patrimônio líquido		3.495.022	3.315.841	3.495.022	3.315.841
Total do ativo		3.634.252	3.484.656	7.833.345	5.741.596	Total do passivo e patrimônio líquido		3.634.252	3.484.656	7.833.345	5.741.596

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	19	37.802	33.540	4.014.878	3.588.233
Custo de compra de energia, operação e serviços prestados	20	(35.089)	(32.933)	(3.959.836)	(3.570.879)
Lucro bruto		2.713	607	55.042	17.354
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	20	(19.062)	(9.476)	(120.082)	(101.263)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	(126)	(11)	(10.819)	83.795
		(19.188)	(9.487)	(130.901)	(17.468)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(16.475)	(8.880)	(75.859)	(114)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9	199.785	431.452	267.963	452.507
Resultado financeiro líquido	21				
Receitas financeiras		3.602	2.394	14.512	12.314
Despesas financeiras		(962)	(1.271)	(20.654)	(19.508)
		2.640	1.123	(6.142)	(7.194)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		185.950	423.695	185.962	445.199
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	14	(22)	-	(645)	(1.170)
Diferidos		770	1.318	1.381	(19.016)
Lucro líquido do exercício		186.698	425.013	186.698	425.013

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
		2021	2020
Lucro líquido do exercício		186.698	425.013
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	9 (b)	12.272	(17.581)
Remensuração dos benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	9 (b)	103.910	(193.238)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado			
Ganho em participação de investida	9 (b)	11.424	-
Perda em participação reflexa	9 (b)	(636)	-
Total do resultado abrangente do exercício		313.668	214.194

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Retenção			
Em 1º de janeiro de 2020		2.430.448	28.699	768.604		(102.640)	3.125.111
Lucro líquido do exercício		-	-	-	425.013	-	425.013
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(210.819)	(210.819)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	425.013	(210.819)	214.194
Reversão de dividendos obrigatórios		-	-	77.477	-	-	77.477
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva legal		-	21.251	-	(21.251)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(100.941)	-	(100.941)
Retenção de lucros		-	-	302.821	(302.821)	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas			21.251	380.298	(425.013)	-	(23.464)
Em 31 de dezembro de 2020		2.430.448	49.950	1.148.902	-	(313.459)	3.315.841
Em 1º de janeiro de 2021		2.430.448	49.950	1.148.902		(313.459)	3.315.841
Lucro líquido do exercício		-	-	-	186.698	-	186.698
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	126.970	126.970
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	186.698	126.970	313.668
Aumento de capital	1.1.2 (e)	12.163	-	-	-	-	12.163
Redução de capital	1.1.2 (d)	(3.250)	-	-	-	-	(3.250)
Dividendos adicionais	1.1.2 (a)	-	-	(99.059)	-	-	(99.059)
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva legal		-	9.335	-	(9.335)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(44.341)	-	(44.341)
Retenção de lucros		-	-	133.022	(133.022)	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		8.913	9.335	33.963	(186.698)	-	(134.487)
Em 31 de dezembro de 2021		2.439.361	59.285	1.182.865	-	(186.489)	3.495.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

		Controladora	
	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		185.950	423.695
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Equivalência patrimonial	9 (a)	(199.785)	(431.452)
Depreciação e amortização	20	1.873	1.835
Ajuste a valor presente de contratos de arrendamento	12 (b)	211	341
Juros e variações monetárias	21	(3.602)	(2.388)
		(15.353)	(7.969)
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		2.027	(1.075)
Tributos a recuperar		(1.404)	(279)
Demais créditos e outros ativos		2.679	2.326
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(1.095)	372
Salários e encargos sociais		(3.084)	2.510
Tributos a recolher		182	130
Incentivos de longo prazo		3.805	7.003
Demais obrigações e outros passivos		(208)	(4.594)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(12.451)	(1.576)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(103)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(12.451)	(1.679)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(625)	(24)
Redução de capital em investidas		-	110.666
Aumento de capital em investidas	1.1.2 (c)	(60.000)	(51.000)
Recebimento de dividendos	1.1.2 (b)	131.587	41.760
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		70.962	101.402
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de arrendamentos	12 (b)	(2.049)	(2.049)
Pagamento de dividendos	1.1.2 (a)	(170.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(172.049)	(2.049)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(113.538)	97.674
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		159.824	62.150
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		46.286	159.824
Principais transações que não afetaram caixa			
Aumento de capital via transferência de ações - Pinheiro Machado	1.1.2 (e)	12.163	-
Redução de capital via transferência de ações - L.C.G.S.P.E. e SF56	1.1.2 (d)	(3.250)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

		Consolidado	
	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		185.962	445.199
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Equivalência patrimonial	9 (a)	(267.963)	(452.507)
Contratos futuros de energia	8	10.901	(82.969)
Depreciação e amortização	20	4.988	5.304
Ajuste a valor presente de contratos de arrendamento	12 (b)	320	604
Baixa de contratos de arrendamento líquidos	12 (a) e (b)	(3)	-
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada	20	(1.998)	1.998
Atualização monetária sobre provisões	15	95	38
Juros e variações monetárias	21	(14.332)	(4.051)
		(82.030)	(86.384)
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		21.742	46.691
Tributos a recuperar		(22.536)	1.157
Partes relacionadas		-	27.122
Demais créditos e outros ativos		11.518	25.435
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		1.092	(20.579)
Salários e encargos sociais		(6.189)	7.114
Tributos a recolher		10.212	(1.416)
Provisões		496	(94)
Incentivos de longo prazo		10.040	18.272
Demais obrigações e outros passivos		1.683	(32.982)
Caixa aplicado nas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(53.972)	(15.664)
		(10.413)	(487)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
		(64.385)	(16.151)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10 (a)	(1.469)	(1.892)
Redução de capital em investidas		-	110.666
Aquisição de investimento	1.1.2 (f)	(39.905)	-
Recebimento de dividendos	1.1.2 (b)	131.587	38.798
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento			
		90.213	147.572
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de arrendamentos	12 (b)	(3.439)	(3.450)
Pagamento de dividendos	1.1.2 (a)	(170.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
		(173.439)	(3.450)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa			
		(147.611)	127.971
Efeito de controladas excluídas da consolidação			
		(2.536)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		229.469	101.499
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
		79.321	229.469
Principais transações que não afetaram caixa			
Aumento de capital via transferência de ações - Pinheiro Machado	1.1.2 (e)	12.163	-
Redução de capital via transferência de ações - L.C.G.S.P.E. e SF56	1.1.2 (d)	(3.250)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Votorantim Geração de Energia S.A. ("Companhia" ou "VGE") sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é controlada pela Votorantim S.A. ("VSA"). A Companhia e suas controladas, têm por objetivo a implantação, exploração, operação e manutenção de empreendimentos voltados à geração de energia, prestação de serviços de operação e manutenção relacionados à comercialização de energia elétrica, bem como realização de estudos e projetos relacionados ao dimensionamento e desenvolvimento de empreendimentos energéticos.

As atividades da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener"), controlada direta da VGE, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Com base no planejamento estipulado por seus acionistas, a Companhia será parte integrante de processo de incorporação reversa no decorrer do próximo exercício social, tendo seus bens e direitos sucedidos pela VTRM Energia Participações S.A. a partir da data do evento.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021

1.1.1 Principais eventos operacionais

(a) GSF (*Generation Scaling Factor*)

A Companhia vinha acompanhando o processo de regulamentação da Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, a qual estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a compensação das geradoras por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF após 2012.

Em 1º de março de 2021 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") apresentou os cálculos de extensão das outorgas das usinas que aderirem à repactuação do risco hidrológico do Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e encaminhou à ANEEL para análise e aprovação, que deveria ocorrer num prazo de até 30 dias (expectativa para 30 de março de 2021). No entanto, tal homologação não ocorreu nesse prazo devido a recursos pleiteados por algumas usinas junto a ANEEL, para que fossem incluídas novas condições para a repactuação do risco hidrológico relacionados ao Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"). Como consequência, a ANEEL solicitou que a CCEE recalcasse os valores do GSF para nova rodada de análise e aprovação.

Nos termos das Resoluções Homologatórias nº 2.919 de 03 de agosto de 2021 e nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE relativo ao ACL, conforme cálculos da CCEE, entre as quais se incluem as usinas de Paraibuna e Porto Primavera (cujas concessões são detidas pela Companhia Energética de São Paulo - CESP, controlada da VTRM) e Igarapava, Amador Aguiar I e Picada (cujas concessões estão vinculadas às investidas, L.D.R.S.P.E. Geração de Energia e Participações Ltda., L.D.O.S.P.E. Geração de Energia e Participações Ltda. e L.D.Q.S.P.E. Geração de Energia e Participações Ltda., controladas da Pollarix).

Quanto às duas primeiras usinas citadas, o Conselho de Administração da CESP aprovou em março de 2021: (i) a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que fosse celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Paraibuna; (ii) a adesão à repactuação do risco hidrológico para as duas usinas Paraibuna e Porto Primavera e consequente extensão de outorga em razão da compensação prevista nos termos da Lei nº 14.052/2020. O reconhecimento contábil foi realizado no terceiro trimestre de 2021, após homologação pela ANEEL dos montantes e prazos de extensão das concessões.

Com relação às usinas Igarapava, Amador Aguiar I e Picada, a aprovação da adesão à repactuação do risco hidrológico – GSF, ocorreu no dia 24 de setembro de 2021 pelos órgãos de governança da investida Pollarix.

Adicionalmente, através da resolução homologatória nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas relativo ao ACR, dentre as quais estão as usinas Barra Grande a qual a investida CBA Energia detém 15% de participação, e Campos Novos, sobre a qual as investidas Pollarix e CBA Energia detém participação de 20,98% e 23,78%, respectivamente. O tema foi deliberado pelos órgãos de governança e por todos os seus consorciados e demais acionistas, em 11 de novembro de 2021 para usina de Barra Grande ("Baesa") e em 12 de novembro de 2021 para Campos Novos ("Enercan"), em que deliberaram e concluíram por aceitar o prazo de extensão e demais itens, conforme divulgado pela Aneel.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração das investidas exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC- 04 (R1) - Ativo Intangível tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente, considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC - 04 (R1), o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da investida, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

Os montantes foram transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A seguir, o quadro com os valores envolvidos e prazo de extensão da concessão de cada usina:

Investidas		Valor GSF (i)	Impairment GSF (ii)	% Reflexo na VGE	Impacto via MEP	Prazo de extensão	Data fim da concessão
Usinas							
Porto Primavera	CESP Companhia Energética de São Paulo	738.680	(299.452)	20,00%	87.846	7 anos	13 de abril de 2056
Paraibuna	CESP Companhia Energética de São Paulo	43.294	-	20,00%	8.659	15 meses	3 de junho de 2022
Igarapava	L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	13.403	-	66,67%	8.936	2 anos e 7 meses	09 de setembro de 2031
Amador Aguiar I	L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	17.204	-	66,67%	11.470	6 anos	25 de novembro de 2042
Picada	L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	23.989	-	66,67%	15.993	5 anos	30 de março de 2041
Campos Novos	CBA Energia Participações S.A.	157.234	-	15,85%	24.928	3 anos e 5 meses	06 de janeiro de 2039
Campos Novos	Pollarix S.A.	157.234	-	13,99%	21.993	3 anos e 5 meses	06 de janeiro de 2039
Baesa	CBA Energia Participações S.A.	179.270	-	10,00%	17.927	4 anos e 9 meses	06 de março de 2041
Total		1.330.308	(299.452)		197.752		

(i) Os valores apresentados a título de GSF, estão líquidos de Imposto de renda e Contribuição social.

(ii) Em posse dos cálculos homologados pela ANEEL para Porto Primavera, a CESP, realizou a atualização do teste de *impairment* sobre o risco hidrológico (GSF), a fim de analisar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo intangível em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão e identificou a necessidade de constituir provisão de *impairment* sobre o GSF, no montante de R\$ 299.452, com reconhecimento no resultado da CESP.

(b) Incidente ocorrido em subestação coletora da controlada em conjunto VTRM

Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III, formado por parques eólicos pertencentes a controlada em conjunto VTRM, provocou o desligamento do transformador de força (Trafo) remanescente dessa subestação. Este fato, causou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que o outro transformador estava fora de operação em decorrência do sinistro ocorrido em junho de 2020. O parque retornou à operação comercial no dia 29 de abril de 2021, data final do conserto do transformador relativo à primeira ocorrência.

Com relação à segunda ocorrência, a Administração da VTRM acionou o fabricante do transformador e as principais empresas do setor para obtenção de parecer sobre a viabilidade de seu conserto ou necessidade de substituição, e, em razão de parecer favorável ao conserto, seguiu com o seu reparo.

A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo deverá ser refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com consequente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada. Esse impacto tende a ser minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Durante o ano de 2021, a controlada VTRM discutiu junto à seguradora as premissas envolvidas no cálculo da indenização para os sinistros e enviou seu pleito para avaliação.

Em 28 de dezembro de 2021, foram registrados e recebidos os valores de R\$ 5,2 milhões através da controlada da VTRM, Ventos de Santo Augusto, e R\$ 46,2 milhões através da controlada VTRM, ainda há o montante de R\$ 1,7 milhão, que será pago no primeiro trimestre de 2022. Tal transação gerou um impacto na Companhia, reconhecido via equivalência patrimonial, no montante de R\$ 25,7 milhões nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

1.1.2 Principais eventos societários

(a) Aprovação e pagamento de dividendos pela VGE

Em 30 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a proposta da Administração para pagamento dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 200.000, sendo R\$ 100.941 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 99.059 como dividendos adicionais, a serem pagos em moeda corrente nacional à controladora Votorantim S.A., dos quais R\$ 100.000 já foram liquidados em 13 de abril de 2021, R\$ 70.000 foram liquidados em 17 de dezembro de 2021, e o saldo remanescente será liquidado conforme disponibilidade de caixa.

(b) Aprovação e recebimento de dividendos de investidas

Controladas	Provisionados em 2020	Adicionais deliberados	Recebidos	Revertidos	Obrigatórios	Provisionados em 2021
CBA Energia Participações S.A. (i)	11.392	34.173	(38.691)	-	22.511	29.385
Pollarix S.A. (ii)	22.999	69.429	(92.428)	-	35.861	35.861
L.C.G.S.P.E.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	453	15	(468)	-	-	-
VTRM Energia Participações S.A. (iv)	139.650	-	-	(139.650)	7.026	7.026
Saldo final	174.494	103.617	(131.587)	(139.650)	65.398	72.272

(i) CBA Energia Participações S.A. ("CBA Energia")

Em 21 de junho 2021, foram recebidos dividendos no montante de R\$ 11.391 referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos pela investida, no montante de R\$ 49.707. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 10%, referente a participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 34.173, dos quais R\$ 27.300 foram recebidos em 17 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, conforme regras de desproporcionalidade de distribuição dos dividendos, o montante de R\$ 22.511 o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida.

(ii) Pollarix S.A. ("Pollarix")

Em 18 de junho de 2021, foram recebidos dividendos no montante de R\$ 22.999, referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais pela investida, no montante de R\$ 97.201. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 25%, referente a participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 69.429, dos quais R\$ 46.158 foram recebidos em 29 de setembro de 2021, e o saldo de R\$ 23.271 foi recebido em 17 de dezembro de 2021.

Em 31 dezembro de 2021, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, conforme regras de desproporcionalidade de distribuição dos dividendos, o montante de R\$ 35.861, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida.

(iii) L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

Em 30 de abril de 2021, em Reunião de Sócio Quotistas, foram deliberados dividendos pela investida no montante de R\$ 468. Desta forma, houve complemento no montante de R\$ 15 referente aos dividendos mínimos obrigatórios destacados em 31 de dezembro de 2020. O valor foi recebido em 17 de dezembro de 2021.

(iv) VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM")

Em 30 de abril de 2021, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária pela não distribuição de dividendos sobre os lucros de 31 de dezembro de 2020 da controlada VTRM, o que resultou na reversão do montante de R\$ 74.195 provisionados a título de dividendos a receber pela Companhia.

Adicionalmente a controlada VTRM reverteu os dividendos propostos sobre o lucro de 2019 e não deliberados pelos acionistas, o que resultou na reversão adicional do montante de R\$ 65.455 pela Companhia.

Em 31 dezembro de 2021, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, conforme regras estabelecidas de distribuição dos dividendos, o montante de R\$ 7.026, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida.

(c) Aumento de capital em investidas

Em 08 de setembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital da investida Votener Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener"), no valor de R\$ 60.000, dos quais R\$34.000 foram integralizados na mesma data e o saldo de R\$26.000 foi integralizado em 27 de outubro de 2021, sendo ambas as integralizações realizadas via caixa.

(d) Redução de capital social via transferência de ações – L.C.G.S.P.E., SF56 e SF95

Em 31 de outubro de 2021, a VGE reduziu seu capital social e transferiu para a VSA suas participações nas empresas L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. ("L.C.G.S.P.E."), SF Fifty Six Participações Societária Ltda. ("SF56"), SF Ninety Five – ("SF95"), a valor contábil no montante total de R\$ 3.250.

(e) Aumento de capital social via transferência de ações – Pinheiro Machado

Em 13 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, a VSA aumentou o capital social da VGE e aportou a totalidade de seu investimento na Pinheiro Machado Participações S.A. ("Pinheiro Machado"), na VGE, no montante de R\$ 12.163, mediante aporte de 12.163.019, ações preferenciais, passando a VGE a deter participação de 50,00% na Pinheiro Machado.

(f) Aquisição de investimento – Way2

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia efetivou a aquisição de 50% de participação na empresa Way2 Serviços de Tecnologia S.A. ("Way2"), empresa que atua no setor elétrico brasileiro e é especializada em tecnologia em

telemedicação e gestão da energia. O valor pago pela transação foi no montante de R\$ 39.905, via caixa, conforme detalhado abaixo:

	Way2
Patrimônio líquido na data de aquisição	14.888
Percentual adquirido	50,00%
Investimento sobre o patrimônio líquido da Way2 (A)	7.444
Ágio de ativos e passivos identificadas no laudo de avaliação independente	
Parcela alocada - Carteira de clientes (B)	14.499
	14.499
Parcela não alocada (Goodwill) - (C)	17.962
Alocação de IR/CSLL Diferido (Goodwill) (i) - (D)	4.930
	22.892
Total de Ágio - (B + C + D)	37.391
Valor pago na aquisição da Way2	39.905
Valor pagamento aquisição - (A + B + C)	39.905
Investimento sobre a Way2 - (A + B + C + D)	44.835
Equivalência do período	(2.700)
Amortização da parcela alocada	(198)
Valor do investimento em 31/12/2021	41.937

(i) Conforme determina o CPC 36, quando o valor contábil do ativo é aumentado ao seu valor justo, mas a base fiscal do ativo permanece ao custo para o proprietário anterior, surge uma diferença temporária tributável que resulta em passivo fiscal diferido. O passivo fiscal diferido resultante afeta o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill). O valor alocado como parcela de diferido sobre valor justo, se refere a 34% do Ágio – Parcela alocada.

(g) Aumento de capital pelo CPP Investments na Joint Venture VTRM

Em 10 de novembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada VTRM, houve a deliberação sobre exercício dos bônus de subscrição nº 01, 02, 03 e 04 emitidos conforme aprovado em 29 de maio de 2018, e aprovação do aumento de capital, no montante de R\$ 22.847, sendo totalmente integralizado, na mesma data, através de transferência bancária pelo CPP Investments.

1.1.3 Outros eventos

(a) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia e suas controladas avaliaram as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras:

(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19

As controladas da Companhia avaliaram a posição do saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2021, e não identificaram créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeiras dos credores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas avaliaram os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

As controladas da Companhia avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas controladas informam que não tiveram impactos materiais em suas operações por conta do COVID-19.

(b) Crise hídrica no Brasil

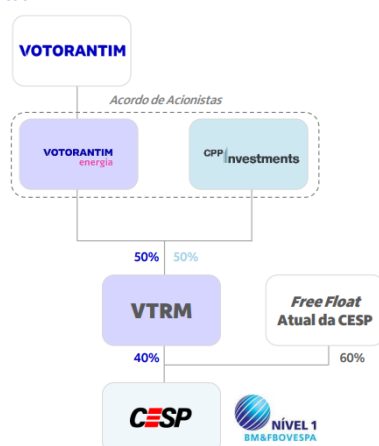
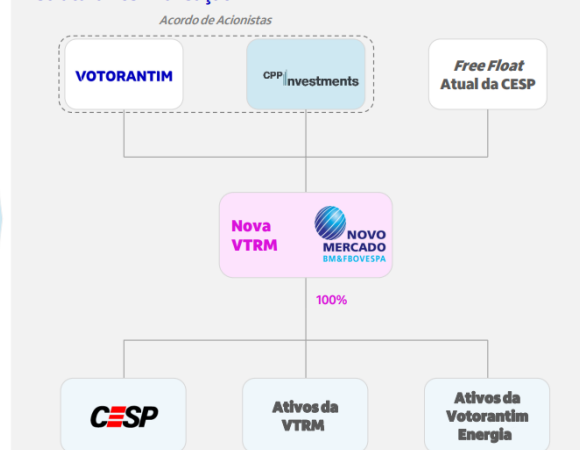
A Administração da Companhia tem acompanhado o tema envolvendo a crise hídrica vivida pelo Brasil atualmente e que tem impactado de forma significativa os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país trazendo, conseqüentemente, impactos nos preços de energia de mercado sentido pelos consumidores de energia. A Companhia avaliou o tema e até o momento não identificou nenhum efeito relevante que pudesse afetar os contratos que possui com suas contrapartes, nem qualquer obrigação presente como resultado do evento da crise hídrica, que justificasse o reconhecimento de provisões que pudessem ser necessárias para cobrir obrigações.

(c) Reestruturação societária decorrente das Operações VTRM e CESP:

Em 18 de outubro de 2021, a controladora da VGE, Votorantim S.A. e o Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments") anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, que terá ações listadas no Novo Mercado da B3.

A consolidação pretende acontecer principalmente por duas transações principais, transação CESP e transação VTRM, e compreenderá diversas etapas, abaixo, detalhamos os passos que já ocorreram ao longo de 2021;

A seguir, um quadro ilustrativo de como se dará esta transação de reestruturação societária:

Estrutura Atual**Estrutura Pós-Transação****Transação VTRM:****(i) Criação do Comitê independente da CESP**

Em 21 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da CESP aprovou a criação de Comitê especial independente ("Comitê") que, observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários nº 35, tem por função negociar a operação de reorganização societária proposta de forma não vinculante pela Votorantim S.A. e pelo Canada Investment para a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela VTRM.

O Comitê é composto por: (a) um administrador escolhido pela maioria do conselho de administração; (b) um conselheiro eleito pelos acionistas não-controladores; e (c) um terceiro, administrador ou não, escolhido em conjunto pelos outros dois membros. As deliberações já emitidas pelo Comitê, estão descritas na nota explicativa 26 – Eventos subsequentes.

(ii) Abertura de Capital da VTRM e Listagem no Novo Mercado

Em 10 de dezembro de 2021, a VTRM, submeteu pedido de registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM ("Abertura de Capital") e de listagem no Novo Mercado da B3 ("Listagem no Novo Mercado"), observado que a efetiva listagem e negociação de ações da "Nova VTRM" no Novo Mercado dependerá da conclusão da Transação CESP.

(iii) Proposta de incorporação de Ações da CESP pela VTRM

De modo a permitir que os acionistas minoritários da CESP participem da "Nova VTRM", foi apresentado ao Comitê especial independente, uma proposta para incorporação de ações, com a intenção de incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela VTRM, e consequente atribuição, aos demais acionistas da CESP, dessas novas ações.

(iv) Aprovações

A reorganização societária não está sujeita à aprovação de nenhuma outra autoridade governamental, quer no Brasil, quer no exterior, com exceção da aprovação prévia do Conselho administrativo de defesa econômica ("CADE"), a qual foi obtida em 09 de dezembro de 2021, e das autoridades antitruste da União Europeia e Turquia, as quais foram divulgadas na Nota 26 – Eventos subsequentes.

(v) Demais etapas da transação

Os próximos passos da transação são os seguintes:

- (a) Incorporação reversa VGE – já consumado. Vide nota explicativa 26 de Eventos Subsequentes.
- (b) Aporte de capital CPP Investments – já consumado. Vide nota explicativa 26 de Eventos Subsequentes.
- (c) Resgate de Ações Preferenciais da CESP.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**2.1 Declaração de Conformidade****(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)), interpretações “IFRIC” e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, todas vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 07 de março de 2022.

2.2 Base de apresentação

Considerando a reestruturação societária mencionada na nota explicativa 1.1.3 (c), a preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo, mesmo considerando que a Companhia foi incorporada pela VTRM em 03 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A controlada Votener revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom do IPCA do período.

Esta mudança objetivou refletir a experiência adquirida pela Administração da controlada no processo de mensuração de valor justo de contratos futuros de energia e resultou em um impacto negativo de R\$ 55.376 na mensuração desses contratos, que foi reconhecido em junho de 2021 na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

As demais premissas utilizadas no cálculo do valor justo desses contratos não sofreram modificações.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativa e julgamentos significativos
6	Contas a receber de clientes
8	Contratos futuros de energia
11	Intangível
14	Imposto de renda e contribuição social diferidos
15	Provisões

2.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Atualmente a Companhia possui participação de 50% na controlada em conjunto VTRM, 66,67% na coligada CBA Energia e Participações S.A., 66,67% na coligada Pollarix S.A., 50% na coligada Pinheiro Machado e indiretamente 50% na coligada Way2 Serviços de Tecnologia S.A. as quais estão reconhecidas pela equivalência patrimonial e não são incluídas no Consolidado.

(c) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras

	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2021	2020		
Votener -Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	100%	São Paulo - Brasil	Prestação de serviços
SF Fifty Six Participações Societária Ltda. (i)	-	100%	São Paulo - Brasil	Holding
SF Ninety Five Participações Societárias S.A. (i)	-	100%	São Paulo - Brasil	Holding

As empresas descritas acima, foram a base para a redução de capital social da Companhia, conforme evidenciado na Nota 9.

2.6 Representação espontânea de saldos comparativos

Com o intuito de melhor apresentação das informações contábeis, os saldos comparativos do balanço patrimonial estão sendo reapresentados, de forma espontânea. A Companhia optou por apresentar os saldos ativos e passivos dos seus contratos de futuros de energia, onde estes estavam sendo apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, adicionalmente realizamos as reclassificações entre linhas no passivo não circulante, sem efeito no saldo final, com a finalidade de melhor apresentação das informações. Estas alterações não afetaram as demonstrações do fluxo de caixa, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e demonstração de mutações do patrimônio líquido.

O quadro abaixo demonstra as alterações efetuadas:

	Consolidado		
	2020		
	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Contratos futuros de energia	49.293	604.503	653.796
Não circulante			
Contratos futuros de energia	8.602	1.224.311	1.232.913
	<u>57.895</u>	<u>1.828.814</u>	<u>1.886.709</u>
	Consolidado		
	2020		
	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Contratos futuros de energia	-	604.503	604.503
Não circulante			
Provisões	1.268	45	1.313
Incentivos de longo prazo	-	19.917	19.917
Outros passivos	20.915	(19.962)	953
Contratos futuros de energia	-	1.224.311	1.224.311
	<u>22.183</u>	<u>1.828.814</u>	<u>1.850.997</u>

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB**3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas**

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;

- (ii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iii) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (iv) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”
- (v) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”;
- (vi) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (vii) Reforma das IBORs (*Interbank Offered Rate*): alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidenciação”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022:

- (i) Revisão de pronunciamentos técnicos pelo comitê de pronunciamentos contábeis, nº 19/2021 com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado – vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022

4 Informações suplementares, segmentos de negócios

A Companhia divulga informações financeiras por segmentos operacionais, utilizados para tomada de decisão, os quais são segregados pelas seguintes linhas de áreas de atuação:

1. Comercialização;
2. *Holding* e prestação de serviços;
3. Geração.

As informações a seguir referem-se à abertura da VGE por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pela *holding*.

(a) Balanço patrimonial – Segmentado de negócio

	2021				
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.035	46.286	-	79.321
Contas a receber de clientes	-	379.198	1.104	-	380.302
Tributos a recuperar	-	26.290	3.047	-	29.337
Dividendos a receber	-	-	72.272	-	72.272
Contratos futuros de energia	-	844.826	-	-	844.826
Outros ativos	-	2.602	1.894	-	4.496
	-	1.285.951	124.603	-	1.410.554
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	-	815	-	-	815
Contratos futuros de energia	-	2.962.078	-	-	2.962.078
Outros ativos	-	5	51	-	56
	-	2.962.898	51	-	2.962.949
Investimentos	3.380.403	41.937	126.390	(126.390)	3.422.340
Imobilizado	-	32.516	625	-	33.141
Intangível	-	1.790	213	-	2.003
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	-	391	1.967	-	2.358
	3.380.403	3.039.532	129.246	(126.390)	6.422.791
Total do ativo	3.380.403	4.325.483	253.849	(126.390)	7.833.345
2021					
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	-	374.420	2.272	-	376.692
Salários e encargos sociais	-	12.835	8.121	-	20.956
Incentivos de longo prazo	-	3.927	2.085	-	6.012
Tributos a recolher	-	8.156	1.127	-	9.283
Dividendos a pagar	-	-	74.341	-	74.341
Contratos futuros de energia	-	767.493	-	-	767.493
Arrendamentos	-	377	2.081	-	2.458
Outros passivos	-	9.487	31	-	9.518
	-	1.176.695	90.058	-	1.266.753
Não circulante					
Provisões	-	1.904	-	-	1.904
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	11.124	40.450	-	51.574
Incentivos de longo prazo	-	15.223	8.722	-	23.945
Contratos futuros de energia	-	2.992.417	-	-	2.992.417
Outros passivos	-	1.730	-	-	1.730
	-	3.022.398	49.172	-	3.071.570
Total do passivo	-	4.199.093	139.230	-	4.338.323
Total do patrimônio líquido	3.380.403	126.390	114.619	(126.390)	3.495.022
Total do passivo e patrimônio líquido	3.380.403	4.325.483	253.849	(126.390)	7.833.345

	2020				
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	67.362	162.107	-	229.469
Contas a receber de clientes	-	396.925	3.134	(13)	400.046
Tributos a recuperar	-	5.232	1.954	-	7.186
Dividendos a receber	-	-	174.041	-	174.041
Contratos futuros de energia	-	653.796	-	-	653.796
Outros ativos	-	606	889	-	1.495
	-	1.123.921	342.125	(13)	1.466.033
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	-	430	-	-	430
Contratos futuros de energia	-	1.232.913	-	-	1.232.913
Outros ativos	-	-	244	-	244
	-	1.233.343	244	-	1.233.587
Investimentos					
Imobilizado	2.999.756	-	145.109	(145.107)	2.999.758
Intangível	-	33.012	505	-	33.517
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	-	2.419	946	-	3.365
	-	1.554	3.782	-	5.336
	2.999.756	36.985	150.342	(145.107)	3.041.976
Total do ativo	2.999.756	2.394.249	492.711	(145.120)	5.741.596

	2020				
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	-	372.106	3.494	-	375.600
Salários e encargos sociais	-	15.188	11.957	-	27.145
Tributos a recolher	-	7.623	1.216	-	8.839
Dividendos a pagar	-	-	100.941	-	100.941
Contratos futuros de energia	-	604.503	-	-	604.503
Arrendamentos	-	1.401	1.699	-	3.100
Outros passivos	-	8.468	143	-	8.611
	-	1.009.289	119.450	-	1.128.739
Não circulante					
Provisões	-	1.313	-	-	1.313
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	6.805	41.220	-	48.025
Arrendamentos	-	277	2.220	-	2.497
Incentivos de longo prazo	-	12.915	7.002	-	19.917
Contratos futuros de energia	-	1.224.311	-	-	1.224.311
Outros passivos	-	867	99	(13)	953
	-	1.246.488	50.541	(13)	1.297.016
Total do passivo	-	2.255.777	169.991	(13)	2.425.755
Total do patrimônio líquido	2.999.756	138.472	322.720	(145.107)	3.315.841
Total do passivo e patrimônio líquido	2.999.756	2.394.249	492.711	(145.120)	5.741.596

(b) Demonstração do resultado – Segmentado de negócio

					2021
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	-	3.971.902	42.976	-	4.014.878
Custo de compra de energia e operação	-	(3.924.747)	(35.089)	-	(3.959.836)
Lucro bruto		47.155	7.887	-	55.042
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	-	(97.853)	(22.229)	-	(120.082)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(10.252)	(567)	-	(10.819)
		(108.105)	(22.796)		(130.901)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	-	(60.950)	(14.909)	-	(75.859)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	271.159	(2.898)	(72.380)	72.082	267.963
	271.159	(2.898)	(72.380)	72.082	267.963
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	-	10.849	3.663	-	14.512
Despesas financeiras	-	(19.690)	(964)	-	(20.654)
	-	(8.841)	2.699	-	(6.142)
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	271.159	(72.689)	(84.590)	72.082	185.962
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	-	(4)	(641)	-	(645)
Diferidos	-	611	770	-	1.381
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	271.159	(72.082)	(84.461)	72.082	186.698

					2020
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	-	3.548.005	40.228	-	3.588.233
Custo de compra de energia e operação	-	(3.537.946)	(32.933)	-	(3.570.879)
Lucro bruto	-	10.059	7.295	-	17.354
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	-	(87.877)	(13.386)	-	(101.263)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	83.952	(157)	-	83.795
		(3.925)	(13.543)		(17.468)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	-	6.134	(6.248)	-	(114)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	452.996	(489)	(23.451)	23.451	452.507
	452.996	(489)	(23.451)	23.451	452.507
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	-	9.844	2.470	-	12.314
Despesas financeiras	-	(18.235)	(1.273)	-	(19.508)
	-	(8.391)	1.197	-	(7.194)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	452.996	(2.746)	(28.502)	23.451	445.199
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	-	(370)	(800)	-	(1.170)
Diferidos	-	(20.335)	1.319	-	(19.016)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	452.996	(23.451)	(27.983)	23.451	425.013

(c) Informações suplementares EBITDA ajustado por segmento de negócio (não auditado)

2021					
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação serviços	Eliminações	Consolidado
Resultado do exercício	271.159	(72.082)	(84.461)	72.082	186.698
Imposto de renda e contribuição social	-	(607)	(129)	-	(736)
Resultado antes dos impostos	271.159	(72.689)	(84.590)	72.082	185.962
Equivalência patrimonial	(271.159)	2.898	72.380	(72.082)	(267.963)
Resultado financeiro, líquido	-	8.841	(2.699)	-	6.142
Depreciação e amortização	-	3.115	1.873	-	4.988
EBITDA	-	(57.835)	(13.036)	-	(70.871)
Itens excepcionais:					
Dividendos recebidos	131.119	-	468	-	131.587
EBITDA ajustado	131.119	(57.835)	(12.568)	-	60.716

2020					
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação serviços	Eliminações	Consolidado
Resultado do exercício	452.996	(23.451)	(27.983)	23.451	425.013
Imposto de renda e contribuição social	-	20.705	(519)	-	20.186
Resultado antes dos impostos	452.996	(2.746)	(28.502)	23.451	445.199
Equivalência patrimonial	(452.996)	489	23.451	(23.451)	(452.507)
Resultado financeiro, líquido	-	8.391	(1.197)	-	7.194
Depreciação e amortização	-	3.432	1.871	-	5.303
EBITDA	-	9.566	(4.377)	-	5.189
Itens excepcionais:					
Dividendos recebidos	38.798	-	-	-	38.798
EBITDA ajustado	38.798	9.566	(4.377)	-	43.987

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 100,29% e 100,50% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional				
Caixa e bancos	78	100	283	377
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	6.656	119.703	8.211	164.436
Quotas de fundos de investimentos	39.552	40.021	70.827	64.656
	46.286	159.824	79.321	229.469

As quotas de fundo de investimento pertencem a um fundo exclusivo do Grupo Votorantim. As operações são compostas substancialmente por certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e títulos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Quotas de fundos de investimento				
Operações compromissadas	24.185	36.007	43.308	58.152
Títulos públicos	15.367	-	27.519	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	-	4.014	-	6.504
	39.552	40.021	70.827	64.656

5.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa				
AAA	46.283	96.456	79.273	123.215
AA+	-	63.361	-	106.237
AA	3	7	48	14
AA-	-	-	-	3
	46.286	159.824	79.321	229.469

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das mesmas.

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de comercialização de energia elétrica e prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas esperadas.

Clientes nacionais e partes relacionadas: representados, por contas a receber negociados pela Companhia e suas controladas no ambiente de comercialização livre. Normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

Créditos a receber com a CCEE: decorrem do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas e custo apurados mensalmente por meio das exposições energéticas (diferença entre volume comprado e vendido), podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados entre 45 e 60 dias.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela CCEE e ANEEL.

No caso das vendas no mercado livre, após o vencimento, há a incidência de multa sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGP-M (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, incluindo também juros de mora.

(a) Composição

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Clientes nacionais		-	-	260.358	318.101
Créditos a receber com a CCEE		-	-	-	290
Partes relacionadas	16	1.104	3.131	119.944	83.653
		1.104	3.131	380.302	402.044
Perda de crédito esperada		-	-	-	(1.998)
		1.104	3.131	380.302	400.046

(b) Vencimentos de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	27	2.329	375.399	397.920
Vencidos até 3 meses	1.037	666	2.654	1.278
Vencidos entre 3 a 6 meses	40	-	329	447
Vencidos acima de 6 meses	-	136	1.920	2.399
	1.104	3.131	380.302	402.044

(c) Qualidade dos créditos de contas a receber a vencer

A qualidade dos riscos de crédito é definida conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia.

Risco médio - clientes onde não é possível fazer uma avaliação de crédito satisfatória, porém com alto vínculo regulatório e liquidação ao mercado de curto prazo (CCEE).

Risco baixo - clientes com uma avaliação de crédito satisfatória dentro dos limites definidos pela política aprovada pela Administração da Companhia.

	Consolidado	
	2021	2020
Risco médio	-	290
Risco baixo	375.399	397.630
	375.399	397.920

Os valores citados acima referem-se a itens de clientes nacionais e partes relacionadas, não vencidos e não provisionados como perdas esperadas.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS a recuperar (i)	-	-	15.520	4.772
IRPJ e CSLL a recuperar (ii)	2.348	917	12.967	1.552
ICMS a recuperar	-	-	815	430
Outros	699	726	850	862
	3.047	1.643	30.152	7.616
Circulante	3.047	1.643	29.337	7.186
Não circulante	-	-	815	430
	3.047	1.643	30.152	7.616

(i) O saldo consolidado refere-se substancialmente ao êxito da Votener, em ação judicial que reconheceu a inexigibilidade de inclusão de ICMS na base de cálculo do tributo de PIS e COFINS sobre contratos de intermediação de energia no montante de R\$ 10.775.

(ii) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, ao fato da Votener ter tido lucro tributável até o mês de julho de 2021, e consequentemente ter realizado o recolhimento de tais tributos de forma antecipada, conforme estimativas mensais.

8 Contratos futuros de energia

Política contábil

A controlada da Companhia realiza operações de comercialização, sendo essas transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que são celebrados, e reavaliados a valor justo na data do balanço, com contrapartida no resultado operacional.

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

As operações realizadas pela controlada Votener no ACL foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme mencionado na Nota 2.4.

No final do exercício de 2021, a realização do valor justo dessas operações, decorrente de liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, resultou em perda de R\$ 24.175 (perda de R\$ 10.668 no exercício de 2020) e o efeito da marcação a mercado dos contratos de energia, resultou em ganho de R\$ 13.274 (ganho de R\$ 93.637 no exercício de 2020). Esses valores foram contabilizados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 20).

	2021			Consolidado 2020		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Circulante	844.826	(767.493)	77.333	653.796	(604.503)	49.293
Não circulante	2.962.078	(2.992.417)	(30.339)	1.232.913	(1.224.311)	8.602
	<u>3.806.904</u>	<u>(3.759.910)</u>	<u>46.994</u>	<u>1.886.709</u>	<u>(1.828.814)</u>	<u>57.895</u>

	2021	2020
Saldo líquido inicial do exercício	57.895	(25.074)
Realização	(24.175)	(10.668)
Marcação a mercado dos contratos de energia (i)	13.274	93.637
Saldo líquido final do exercício	<u>46.994</u>	<u>57.895</u>

(i) Inclui o impacto negativo de R\$ 55.376 correspondente a mudança de premissa na mensuração de valor justo de contratos futuros de energia, conforme mencionado na nota 2.4.

9 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem

direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

Impairment de investimentos (ágio)

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperável dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificados indicativos de *impairment*.

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio CBA Energia Participações S.A. e Pollarix S.A.

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs, as quais são segregadas por usinas. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

Em relação as premissas, os preços utilizados nos fluxos de caixa descontados foram baseados na curva de preços divulgada pela “Dcide” (empresa dedicada ao desenvolvimento de soluções de informação, processamento e modelagem quantitativa para o setor de energia elétrica). A taxa de desconto aplicada no teste de *impairment* corresponde ao custo médio ponderado de capital da Companhia pré-impostos e reflete os riscos específicos relacionados com o segmento operacional ou com a UGC que estiver sendo testada. Considerou-se taxa de desconto em termos nominais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC de 7,96 % a.a. para CBA Energia Participações S.A., e Pollarix S.A. 5,97% a.a. As UGCs testadas foram:

Baesa – Energética Barra Grande S.A. (CBA Energia Participações S.A.)

Enercan – Campos Novos Energia S.A. (CBA Energia Participações S.A.)

L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (Pollarix S.A.)

L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (Pollarix S.A.)

L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (Pollarix S.A.)

A Administração não identificou indicativos de *impairment* para os ágios por expectativa de rentabilidade futura.

(a) Composição

					Controladora			
	Informações Em 31 de dezembro de 2021				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2021	2020	2021	2020
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Votener -Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	126.390	(72.082)	100,00	100,00	(72.082)	(23.451)	126.391	138.472
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	3.874	1.679	-	-	1.006	1.907	-	2.210
SF Fifty Six Participações Societária Ltda (i)	-	-	-	-	-	-	-	50
SF Ninety Five Participações Societárias S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	-	1
Coligadas								
CBA Energia Participações S.A. (ii)	317.886	137.874	66,67	-	94.788	47.968	214.985	176.885
Pollarix S.A. (iii)	353.284	211.398	66,67	-	150.993	96.831	245.130	199.424
Pinheiro Machado Participações S.A. (vi)	23.729	(597)	50,00	-	(298)	-	11.865	-
Joint venture								
VTRM Energia Participações S.A. (v)	4.457.724	59.170	50,00	50,00	25.378	308.197	2.361.040	2.076.064
Ágios								
CBA Energia Participações S.A.					-	-	316.248	316.248
Pollarix S.A.					-	-	231.135	231.135
					199.785	431.452	3.506.794	3.140.489

	Consolidado							
	Informações Em 31 de dezembro de 2021				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2021	2020	2021	2020
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Coligadas								
CBA Energia Participações S.A. (ii)	317.886	137.874	66,67	-	94.788	47.968	214.985	176.885
Pollarix S.A. (iii)	353.284	211.398	66,67	-	150.993	96.831	245.130	199.424
Joint venture								
VTRM Energia Participações S.A. (v)	4.457.724	59.170	50,00	50,00	25.378	308.197	2.361.040	2.076.064
Pinheiro Machado Participações S.A. (v)	23.729	(597)	50,00	50,00	(298)	-	11.865	-
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda. (vi) e (vii)	9.488	(4.539)	50,00	50,00	(2.898)	-	19.045	-
Outros investimentos					-	(489)	-	2
Ágios								
CBA Energia Participações S.A.					-	-	316.248	316.248
Pollarix S.A.					-	-	231.135	231.135
WAY2 Serviços de Tecnologia S.A.					-	-	22.892	
					267.963	452.507	3.422.340	2.999.758

(i) Os saldos de Patrimônio Líquido e Resultado apresentados, referem-se aos saldos de 31 de dezembro de 2021, os números reconhecidos, dadas as devidas proporções de participação, não conciliam com tais dados, pois foi realizado o reconhecimento da equivalência patrimonial das coligadas, até a data base de 30 de setembro de 2021, data em que foi realizada a redução de capital da empresa e transferência de controle (Nota 1.1.2 (d)).

(ii) O resultado de equivalência patrimonial e investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2021, devido ao cálculo de equivalência patrimonial considerar a desproporcionalidade dos dividendos, conforme o art. 5º, parágrafo 2º do estatuto social da CBA Energia, que determina o pagamento de dividendos 10% superior para as ações preferenciais. A Companhia possui apenas ações preferenciais dessa coligada, portanto, não há percentual de participação votante.

(iii) O resultado de equivalência patrimonial e investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2021, devido ao cálculo de equivalência patrimonial considerar a desproporcionalidade dos dividendos, conforme o art. 5º, Parágrafo 3º do Estatuto Social da Pollarix, que determina o pagamento de dividendos 25% superior para as ações preferenciais e decorrente do aporte de investimento. A Companhia possui apenas ações preferenciais dessa coligada, portanto, não há percentual de participação votante.

(iv) O montante de equivalência demonstrado na Pinheiro Machado refere-se somente ao mês de dezembro de 2021, pois foi realizado o aporte de capital e a transferência de controle nesta mesma data, resultando na aquisição de participação de 50% das ações.

(v) O investimento VTRM, em 31 de dezembro de 2021, não concilia com o patrimônio líquido da investida por considerar o montante de R\$ 132.175 registrado quando do ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM. A amortização do valor justo tem impacto negativo no montante de R\$ 4.208 no resultado do exercício.

(vi) A composição do saldo de investimento possui a adição de R\$ 14.301 referente parcela do ágio alocado e está sendo amortizado pelo prazo de 146 meses.

(vii) A composição do saldo de equivalência patrimonial, é proporcional a data de aquisição da empresa e possui a adição de R\$ 198 referente a amortização do ágio alocado.

(b) Movimentação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício		3.140.489	3.124.955	2.999.758	3.011.730
Equivalência patrimonial		199.785	431.452	267.963	452.507
Dividendos deliberados					
L.C.G.S.P.E Empreendimentos e Participações Ltda.	1.1.2 (b)	(15)	(1.605)	-	-
CBA Energia Participações S.A.	1.1.2 (b)	(34.173)	(8.875)	(34.173)	(8.875)
Pollarix S.A.	1.1.2 (b)	(69.429)	(25.910)	(69.429)	(25.910)
Dividendos obrigatórios deliberados					
CBA Energia Participações S.A.	1.1.2 (b)	(22.511)	(11.392)	(22.511)	(11.392)
Pollarix S.A.	1.1.2 (b)	(35.861)	(22.999)	(35.861)	(22.999)
VTRM Energia Participações S.A.	1.1.2 (b)	(7.026)	(74.196)	(7.026)	(74.196)
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	1.1.2 (b)	-	(453)	-	-
Dividendos revertidos pela VTRM	1.1.2 (b)	139.650	-	139.650	-
Efeitos no resultado abrangente					
Instrumentos financeiros derivativos (i)		12.272	(17.581)	12.272	(17.581)
Remensuração dos benefícios de aposentadoria (i)		103.910	(193.238)	103.910	(193.238)
Ganho em participação de investida (ii)	1.1.2 (g)	11.424	-	11.424	-
Perda em participação reflexa (iii)		(636)	-	(636)	-
Redução/Aumento de capital nas investidas					
CBA Energia Participações S.A.		-	(37.333)	-	(37.333)
Pollarix S.A.		-	(73.333)	-	(73.333)
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda	1.1.2 (c)	60.000	51.000	-	-
Aquisição de investimento Way2					
Aquisição de investimento	1.1.2 (f)	-	-	7.444	-
Ágio - parcela alocada - Carteira de clientes	1.1.2 (f)	-	-	14.499	-
Ágio (parcela não alocada - Goodwill)	1.1.2 (f)	-	-	22.892	-
Outros					
Redução de capital L.C.G.S.P.E	1.1.2 (d)	(3.201)	-	-	-
Redução de capital SF FIFTY SIX	1.1.2 (d)	(49)	-	-	-
Aumento de capital Pinheiro Machado	1.1.2 (e)	12.163	-	12.163	-
Outros		-	(3)	-	378
Saldo no final do exercício		3.506.794	3.140.489	3.422.340	2.999.758

- (i) Tais efeitos no resultado abrangente do exercício, referem-se substancialmente ao ajuste de avaliação patrimonial referente a remensuração dos benefícios a aposentadoria (CPC 33), dos instrumentos financeiros derivativos na VTRM, referente a CESP Geradora e CESP Comercializador.
- (ii) Ganho em participação reflexa referente a aporte de capital do CPP Investments na controlada VTRM.
- (iii) Perda na variação de participação substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na CESP.

10 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção dos terrenos, que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Administração não identificou a necessidade de provisões para *impairment* adicionais ou reversões de provisões anteriormente realizadas para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado					
	2021					
	Terras e terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Obras em andamento (i)	Total
Saldo no início do exercício						
Custo	8.627	1.335	2.046	1.886	21.895	35.789
Depreciação acumulada		(864)	(307)	(1.101)		(2.272)
Saldo líquido	8.627	471	1.739	785	21.895	33.517
Adições					1.469	1.469
Depreciação	-	(51)	(205)	(376)	-	(632)
Efeito de controladas excluídas da consolidação	-	(40)	-	-	(465)	(505)
Transferências (ii)	(8.627)	-	-	-	7.919	(708)
Saldo final		380	1.534	409	30.818	33.141
Custo	-	1.294	2.046	1.886	30.818	36.044
Depreciação acumulada	-	(914)	(512)	(1.477)	-	(2.903)
Saldo líquido no final do exercício	-	380	1.534	409	30.818	33.141
Taxas médias anuais de depreciação - %		10	10	20		

As obras em andamento, substancialmente, referem-se ao projeto de aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") no Rio Corumbá, no estado de Goiás, denominado Projeto Corumbá.

Transferências realizadas da classe de "Obras em andamento" do imobilizado para a classe de "Softwares" do intangível. Além disso, foram realizadas transferências da classe de "Terras e Terrenos" para a classe de "Obras em andamento" decorrentes do Projeto Corumbá. Há ainda uma parte vinculada ao projeto relativa a Softwares, que foram transferidos para o Intangível.

(b) Obras em andamento

	Consolidado	
	2021	2020
Projeto Corumbá - GO (i)	29.903	20.720
Projetos de tecnologia da informação	915	1.175
Saldo líquido	30.818	21.895

(i) O Projeto Corumbá tem como objetivo viabilizar o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") no Rio Corumbá, no estado de Goiás. Em 2017 e 2018, após etapa concorrencial realizada pela ANEEL, do total de 17 PCHs do projeto, a controlada Votener venceu a disputa de 11 PCHs. As 11 PCHs totalizam aproximadamente 265 MW de capacidade instalada e 160 MW médios de energia assegurada.

11 Intangível**Política contábil****Softwares**

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado	
	Softwares	
	2021	2020
Saldo no início do exercício		
Custo	6.977	4.313
Amortização acumulada	(3.612)	(1.922)
Saldo líquido	3.365	2.391
Amortização	(1.395)	(1.690)
Transferências (i)	708	2.664
Efeito de controladas excluídas da consolidação	(675)	-
Saldo final	2.003	3.365
Custo	7.010	6.977
Amortização acumulada	(5.007)	(3.612)
Saldo líquido no final do exercício	2.003	3.365
Taxa média anual de amortização - %	20	20

(i) Transferências advindas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado.

12 Arrendamentos**(a) Direito de uso sobre contratos de arrendamentos**

	Controladora		Consolidado			
	2021	2020	2021		2020	
	Imóveis, edifícios e salas comerciais		Imóveis, edifícios e salas comerciais	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício						
Custo	5.900	5.900	12.045	423	12.468	12.468
Amortização acumulada	(2.118)	(303)	(6.872)	(260)	(7.132)	(2.800)
Saldo líquido	3.782	5.597	5.173	163	5.336	9.668
Baixa	-	-	-	(17)	(17)	(1.362)
Amortização	(1.815)	(1.815)	(2.840)	(121)	(2.961)	(2.970)
Saldo final	1.967	3.782	2.333	25	2.358	5.336
Custo	5.900	5.900	12.045	406	12.451	11.106
Amortização acumulada	(3.933)	(2.118)	(9.712)	(381)	(10.093)	(5.770)
Saldo líquido no final do exercício	1.967	3.782	2.333	25	2.358	5.336
Taxas médias anuais de amortização - %	26	26	26	31		

(b) Arrendamentos – passivos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	3.919	5.627	5.597	8.443
Liquidações	(2.049)	(2.049)	(3.439)	(3.450)
Ajuste a valor presente (i)	211	341	320	604
Baixa	-	-	(20)	-
Saldo no final do exercício	2.081	3.919	2.458	5.597
Circulante	2.081	1.699	2.458	3.100
Não circulante	-	2.220	-	2.497
	2.081	3.919	2.458	5.597

(i) Considerando a média da taxa de juros incremental, o custo médio das obrigações é de 7,70% a.a.

(c) Perfil de vencimento

Os contratos de arrendamento possuem a sua total exigibilidade no exercício de 2022 pelo fato da finalização dos contratos e devido a isto estão classificados no passivo circulante.

13 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda		-	-	258.656	292.423
Fornecedores nacionais		2.245	3.325	55.965	29.714
Partes relacionadas	16	27	42	62.071	53.463
		<u>2.272</u>	<u>3.367</u>	<u>376.692</u>	<u>375.600</u>

14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**Política contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	185.950	423.695	185.962	445.199
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(63.223)	(144.056)	(63.227)	(151.368)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	67.927	146.694	91.107	153.852
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(3.364)	(2.321)	(25.202)	(25.139)
Efeito de controladas excluídas da consolidação	-	-	17	121
Amortização ágio VTRM	1.431	1.431	1.431	1.431
Incentivos de longo prazo	(1.070)	(162)	(2.203)	(279)
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(953)	(268)	(1.187)	1.196
IRPJ e CSLL apurados	748	1.318	736	(20.186)
Correntes	(22)	-	(645)	(1.170)
Diferidos	770	1.318	1.381	(19.016)
IRPJ e CSLL no resultado	748	1.318	736	(20.186)
Taxa efetiva %	0,40%	0,31%	0,40%	(4,53%)

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (i)	-	-	-	3.646
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas	-	-	662	460
Perda de crédito esperada	-	-	-	679
Provisão para remuneração variável	4.452	5.104	13.136	13.114
Outros créditos	-	-	367	-
IFRS 16 - Arrendamento	39	47	42	131
Débitos tributários sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Ágio - (Parcela alocada)	-	-	(4.862)	-
Contratos futuros de energia	-	-	(15.978)	(19.684)
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM	(44.941)	(46.371)	(44.941)	(46.371)
Impostos diferidos líquidos	(40.450)	(41.220)	(51.574)	(48.025)
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(40.450)	(41.220)	(51.574)	(48.025)

(i) A controlada Votener possui o montante de R\$ 42.028 e a VGE possui o montante de R\$ 6.886, relativos a créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa sobre os quais não foram constituídos ativo diferido.

(c) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo passivo no início do exercício	(41.220)	(42.538)	(48.025)	(29.009)
Efeitos no resultado				
Reversão de provisões de Diferido do exercício	702	1.318	1.313	(19.016)
Reversão de diferido sobre Amortização de Ágio (Parcela alocada)	68	-	68	-
Efeitos em investimento				
Constituição de diferido sobre Ágio (Parcela alocada)	-	-	(4.930)	-
Saldo passivo no final do exercício	(40.450)	(41.220)	(51.574)	(48.025)

15 Provisões**Política contábil**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis e trabalhistas. As provisões constituídas para fazer face as potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante, quando aplicável.

Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista

São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado				
	2021		2020		
	Processos judiciais				
	Trabalhistas	Civil	Tributário	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.268	45	-	1.313	1.325
Atualização monetária	81	14	-	95	38
Adição	204	294	111	609	-
Depósitos judiciais	(2)	-	-	(2)	(42)
Liquidações	-	-	(111)	(111)	(8)
Saldo no final do exercício	1.551	353	-	1.904	1.313

Em 2020, os valores registrados referem-se a processos judiciais de natureza trabalhista.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

No exercício em 31 de dezembro de 2021, a controlada Votener, possui uma ação judicial, de matéria cível, com risco possível, no montante de R\$ 348.

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

(a) Controladora

	Controladora									
	Contas a receber de clientes (Nota 6)		Dividendos a receber		Fornecedores (Nota 13)		Dividendos a pagar		Vendas e serviços (Nota 19)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedade controladora										
Votorantim S.A.	-	-	-	-	27	42	74.341	100.941	-	-
Sociedades coligadas										
CBA Energia Participações S.A.	-	-	29.385	11.392	-	-	-	-	-	-
Pollarix S.A.	-	-	35.861	22.999	-	-	-	-	-	-
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	453	-	-	-	-	-	-
Votener Votorantim Com. Energia Ltda.	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	9	-	-	-	-	-	-	93	1.159
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	69	866
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	8	-	-	-	-	-	-	-	1.019
Companhia Brasileira de Alumínio S.A.	3	1.381	-	-	-	-	-	-	22.114	21.624
Nexa Recursos Minerais S.A.	-	9	-	-	-	-	-	-	5.117	-
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	27	209	-	-	-	-	-	-	2.662	2.547
Votorantim Cimentos S.A.	-	469	-	-	-	-	-	-	-	476
Sociedade controlada em conjunto										
VTRM Energia Participações S.A.	1.074	1.033	7.026	139.650	-	-	-	-	13.793	11.268
Total	1.104	3.131	72.272	174.494	27	42	74.341	100.941	43.848	38.959

(b) Consolidado

	Consolidado											
	Contas a receber de clientes (Nota 6)		Dividendos a receber		Fornecedores (Nota 13)		Dividendos a pagar		Vendas e serviços (Nota 19)		Compras e serviços	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedade controladora												
Votorantim S.A.	-	-	-	-	2.204	565	74.341	100.941	-	-	7.836	-
Sociedades coligadas												
Companhia Brasileira de Alumínio	46.746	36.698	-	-	29.288	38.272	-	-	665.253	440.416	323.960	595.468
Metalex Ltda.	149	83	-	-	-	-	-	-	1.520	-	-	-
CBA Itapissuma Ltda.	6	26	-	-	-	-	-	-	3.435	26	-	-
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	16.304	5.583	-	-	12.456	1.503	-	-	62.558	41.710	33.912	19.986
Votorantim Cimentos S.A.	38.631	29.680	-	-	-	-	-	-	468.044	354.842	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	3.006	864	-	-	648	705	-	-	28.622	20.065	13.161	-
Nexa Recursos Minerais S.A.	17	715	-	-	-	-	-	-	5.341	16.151	-	462
Mineração Dardanelos Ltda	25	-	-	-	-	-	-	-	10.288	-	-	-
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	12.406	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	570	-	-	-	-	-	-	-	11.041	-	-	-
CBA Energia Participações S.A.	5.032	2.670	29.385	11.392	4.944	2.112	-	-	52.538	4.325	72.509	16.997
Pollarix S.A.	5.215	1.763	35.861	22.999	1.684	1.723	-	-	65.512	20.190	29.146	28.768
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	-	950	-	-	-	-	-	-	69	10.995	-	1.202
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	-	604	-	-	-	-	-	-	93	7.221	-	-
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	-	637	-	-	-	-	-	-	-	8.374	-	-
VTRM Energia Participações S.A.	1.074	1.033	7.026	139.650	-	-	-	-	13.793	10.805	-	-
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	11	10	-	-	71	66	-	-	250	279	939	998
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	96	7	-	-	182	14	-	-	240	1.409	255	4.083
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	59	9	-	-	196	186	-	-	420	602	2.181	2.185
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	11	10	-	-	87	81	-	-	268	240	1.001	958
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	83	9	-	-	290	276	-	-	537	837	3.669	3.281
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	10	9	-	-	201	190	-	-	436	616	2.559	2.341
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	104	8	-	-	197	17	-	-	234	1.021	278	2.790
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	145	9	-	-	277	18	-	-	578	281	1.019	1.015
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	66	11	-	-	128	22	-	-	442	275	785	835
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	130	119	-	-	-	-	1.157	-
Companhia Energética de São Paulo	-	-	-	-	8.562	7.486	-	-	-	2.121	73.442	74.049
CESP Comercializadora de Energia S.A.	2.312	2.212	-	-	-	-	-	-	27.223	23.905	-	-
Saldo com companhias abaixo de R\$ 500 mil	272	53	-	-	526	108	-	-	3.283	317	3.599	3.515
Total	119.944	83.653	72.272	174.041	62.071	53.463	74.341	100.941	1.434.424	967.023	571.408	758.933

16.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O total de despesa com remuneração dos profissionais chave da administração da Companhia foi de R\$ 1.260 no exercício de 2021 (R\$ 1.281 no exercício de 2020).

17 Incentivo de longo prazo

O Incentivo de Longo Prazo é um instrumento de remuneração variável baseado em uma projeção estratégica de rentabilidade, segregado em duas modalidades (50% em cada):

- ILP Ordinário: baseado no tempo de permanência do executivo em qualquer das Empresas.
- ILP Complementar: baseado no tempo de permanência do executivo e desempenho da Empresa.

O ILP Ordinário é corrigido pelo atingimento do Total Shareholder Return (TSR) nominal (incluindo inflação) de 5 anos. Já o ILP Complementar é corrigido pelo atingimento do TSR nominal (incluindo inflação) de 5 anos multiplicado pelo fator de performance (varia entre 0 e 100%). Para calcular este fator, é estabelecida a curva de performance, com a definição do TSR mínimo e alvo por Empresa, previamente aprovada pelo Conselho de Administração de cada Empresa. O fator de performance é limitado a maior que 0% e menor que 100%, considerando o TSR alvo como teto.

A outorga ocorre no início de cada ano com período de resgate (vesting) de 5 (cinco) anos. O efetivo pagamento ocorrerá entre os meses de maio e agosto do ano seguinte ao encerramento de cada plano de 5 (cinco) anos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	7.002	4.114	19.917	9.806
Provisão	4.679	3.989	12.542	12.369
Realização	(874)	(1.101)	(2.502)	(2.258)
Saldo final	10.807	7.002	29.957	19.917
Circulante	2.085	-	6.012	-
Não circulante	8.722	7.002	23.945	19.917
Saldo final	10.807	7.002	29.957	19.917

18 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 2.439.362, composto por 2.440.196.037 ações ordinárias e sem valor nominal (R\$ 2.430.448 em 31 de dezembro de 2020, composto por 2.430.448.419 ações ordinárias e sem valor nominal).

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos obrigatórios mínimos, no montante de R\$ 44.341, reconhecido em dividendos a pagar.

(d) Dividendos por ação

	2021
Lucro líquido do período	186.698
Reserva legal - 5%	(9.335)
Base de cálculo dos dividendos	177.363
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	44.341
Total dos dividendos propostos	44.341
Quantidade de ações, em milhares	2.430.448
Dividendos por ação em reais	18,24

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de R\$ 126.970 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 210.819 em 31 de dezembro de 2020) refere-se: (i) reflexo proporcional dos ajustes referentes ao passivo atuarial reconhecido com base no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados na CESP, (ii) ao reflexo proporcional dos instrumentos financeiros derivativos, ambos da controlada em conjunto VTRM que detêm investimento na CESP, (iii) ao reflexo da perda na variação de participação decorrente da movimentação de ações em tesouraria na CESP Geradora, e (iiii) Ganho em participação reflexa na VTRM.

19 Receita**Política contábil**

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia da controlada Votener são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da controlada Votener (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

As operações de compra e venda de energia realizadas pelas controladas são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta				
Venda de energia elétrica	-	-	3.061.911	3.025.475
Venda de serviços	-	-	12.879	48.531
Venda de energia elétrica - Partes relacionadas	-	-	1.390.576	921.180
Venda de serviços - Partes relacionadas	43.848	38.959	43.848	45.843
	43.848	38.959	4.509.214	4.041.029
Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções				
PIS - Programa De Integração Social	(686)	(611)	(71.829)	(64.766)
COFINS - Contr. Financ.Seguridade Social	(3.159)	(2.816)	(330.148)	(298.315)
ICMS - Imp. S/Circul. de Merc. e Serv.	-	-	(89.514)	(87.233)
ISS - Imposto S/Serviços	(2.201)	(1.992)	(2.845)	(2.482)
	(6.046)	(5.419)	(494.336)	(452.796)
Receita líquida	37.802	33.540	4.014.878	3.588.233

As receitas da Companhia e suas controladas são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

20 Custos e despesas

	Controladora			
	2021			
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Natureza dos custos e despesas				
Benefícios a empregados	(35.089)	(1.260)	-	(36.349)
Serviços de terceiros	-	(10.942)	-	(10.942)
Depreciação e amortização	-	(1.873)	-	(1.873)
Impostos e taxas	-	(1.649)	-	(1.649)
Manutenção e conservação	-	(939)	-	(939)
Aluguéis e arrendamentos	-	(894)	-	(894)
Seguros	-	(158)	-	(158)
Outras despesas	-	(1.347)	(126)	(1.473)
	(35.089)	(19.062)	(126)	(54.277)

	Controladora			
	2020			
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Natureza dos custos e despesas				
Benefícios a empregados	(32.933)	(1.281)	-	(34.214)
Serviços de terceiros	-	(3.037)	-	(3.037)
Depreciação e amortização	-	(1.835)	-	(1.835)
Impostos e taxas	-	(1.668)	-	(1.668)
Manutenção e conservação	-	(401)	-	(401)
Despesas com viagens	-	(181)	-	(181)
Seguros	-	(89)	-	(89)
Outras despesas	-	(984)	(11)	(995)
	(32.933)	(9.476)	(11)	(42.420)

Consolidado			
2021			
	Custo de compra de energia e operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas
Natureza dos custos e despesas			Total
Suprimento de energia	(3.924.744)	-	(3.924.744)
Benefícios a empregados	(35.092)	(66.168)	(101.260)
Serviços de terceiros	-	(35.517)	(35.517)
Depreciação e amortização	-	(4.988)	(4.988)
Reversão de perda esperada (i)	-	-	1.998
Impostos e taxas	-	(2.342)	(2.342)
Aluguéis e arrendamentos	-	(2.249)	(2.249)
Manutenção e conservação	-	(1.684)	(1.684)
Seguros	-	(186)	(186)
Reconhecimento de contratos futuros de energia	-	-	13.274
Realização de contratos futuros de energia	-	-	(24.175)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(6.948)	(1.916)
	(3.959.836)	(120.082)	(4.090.737)

(i) Reversão de provisão de perda esperada com clientes (Nota 6(a)).

Consolidado			
2020			
	Custo de compra de energia e operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas
Natureza dos custos e despesas			Total
Suprimento de energia	(3.537.946)	-	(3.537.946)
Benefícios a empregados	(32.933)	(62.203)	(95.136)
Serviços de terceiros	-	(24.644)	(24.644)
Depreciação e amortização	-	(5.303)	(5.303)
Provisão de perda esperada	-	-	(1.998)
Impostos e taxas	-	(2.704)	(2.704)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.319)	(1.319)
Manutenção e conservação	-	(1.331)	(1.331)
Despesas com viagens	-	(487)	(487)
Seguros	-	(152)	(152)
Reconhecimento de contratos futuros de energia	-	-	93.637
Realização de contratos futuros de energia	-	-	(10.668)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(3.120)	2.824
	(3.570.879)	(101.263)	(3.588.347)

(a) Despesas de benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”, na categoria de remuneração direta

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração direta	(23.923)	(23.911)	(65.730)	(66.555)
Encargos sociais	(9.815)	(8.331)	(27.807)	(22.624)
Benefícios	(2.611)	(1.972)	(7.723)	(5.957)
	(36.349)	(34.214)	(101.260)	(95.136)

21 Resultado financeiro líquido**Política contábil****Receitas (despesas) financeiras**

Compreendem substancialmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e cambiais e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
Nota	2021	2020	2021	2020
Juros sobre operações com partes relacionadas (i)	-	-	692	7.552
Receita de aplicações financeiras	3.545	2.341	6.544	4.594
Atualização Monetária sobre ativos	57	47	7.096	149
Descontos obtidos	-	6	-	19
Outras receitas financeiras	-	-	180	-
Receitas financeiras	3.602	2.394	14.512	12.314
Juros sobre receita diferida - obrigação por performance	-	-	-	(8.244)
Despesas de captação	(394)	(452)	(394)	(452)
Ajuste a valor presente arrendamentos	12 (b)	(341)	(320)	(604)
Encargos com antecipação de recebíveis	-	-	(18.255)	(6.512)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(167)	(111)	(632)	(569)
Outras despesas financeiras	(190)	(367)	(1.053)	(3.127)
Despesas financeiras	(962)	(1.271)	(20.654)	(19.508)
	2.640	1.123	(6.142)	(7.194)

(i) Encargos referente a operações de antecipação de contas a receber realizado diretamente com instituições financeiras que a Votener mantém relacionamento.

22 Instrumentos financeiros e gestão de risco**22.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado, (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia e suas controladas seguem a Política Financeira da VGE, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de energia e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas adotam política específica para a gestão de riscos de mercado de energia, aprovada pelo Conselho de Administração da VGE, a qual estabelece parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia da comercializadora assim como seus riscos inerentes, decorrentes da variação dos preços *spot* de energia, das projeções de preços futuros e da composição do lastro de energia para planos futuros.

(b) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

Como critério preliminar de negociação, são realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas garantias para proteger os interesses da Empresa

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 5. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira da Companhia, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

					Controladora
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	2.272	-	-	-	2.272
Arrendamentos (i)	2.220	-	-	-	2.220
	4.492	-	-	-	4.492
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	3.367	-	-	-	3.367
Arrendamentos (i)	2.049	2.220	-	-	4.269
	5.416	2.220	-	-	7.636
					Consolidado
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Contrato futuro de energia	767.493	1.112.850	1.042.757	836.809	3.759.909
Fornecedores	376.692	-	-	-	376.692
Arrendamentos (i)	3.015	-	-	-	3.015
	1.147.200	1.112.850	1.042.757	836.809	4.139.616
Em 31 de dezembro de 2020					
Contrato futuro de energia	604.502	1.224.312	-	-	1.828.814
Fornecedores	375.600	-	-	-	375.600
Arrendamentos (i)	3.450	3.024	-	-	6.474
	983.552	1.227.336	-	-	2.210.888

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

22.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

Contratos futuros de energia - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2, conforme tabela abaixo:

		Controladora			
		Valor justo medido com base em			
		Nível 1		Valor contábil	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativos					
Equivalente de caixa	5	46.208	159.724	46.208	159.724
Consolidado					
		Valor justo medido com base em			
		Nível 1		Nível 2	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Equivalente de caixa	5	79.038	229.092	-	-
Contratos futuros de energia	8	-	-	3.806.904	1.886.709
		79.038	229.092	3.806.904	1.886.709
Passivo					
Contratos futuros de energia	8			3.759.910	1.828.814
				3.759.910	1.828.814

22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e de contratos futuros de energia são (i) a exposição à flutuação das taxas de juros e (ii) a exposição de preço dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
				Choque nas curvas de 2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%
Fatores de risco	Equivalentes de caixa	Unidade						+50%
Taxas de juros								
BRL-CDI 9,15%	46.208	BRL mil	191 bps*	882	(1.057)	(2.114)	1.057	2.114

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
				Choque nas curvas de 2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%
Fatores de risco	Contratos futuros de energia	Equivalentes de caixa	Unidade					+50%
Taxas de juros								
BRL-CDI 9,15%	79.038	BRL mil	191 bps*	1.481	(1.808)	(3.616)	1.808	3.616
Contratos futuros de energia								
Contratos futuros de energia (Ativo) (i)	3.806.904	BRL mil		(201.734)	50.433	100.867	(50.433)	(100.867)
Contratos futuros de energia (Passivo) (i)	(3.759.910)	BRL mil		204.160	(51.040)	(102.080)	51.040	102.080

*bps – basis points

(i) Para análise de choque nas curvas de 2021, foi considerado a volatilidade média histórica da DCIDE segregada entre energia convencional e incentivada.

22.4 Instrumentos financeiros por categoria

As compras e vendas normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os instrumentos não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no exercício em que ocorrem. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido, em "Ajuste de avaliação patrimonial" no exercício em que ocorrem.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Ao custo amortizado					
Equivalentes de caixa (i)	5	46.208	159.724	79.038	229.092
Contas a receber de clientes	6	1.104	3.131	380.302	400.046
		47.312	162.855	459.340	629.138
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia	8	-	-	3.806.904	1.886.709
		-	-	3.806.904	1.886.709
Passivo					
Ao custo amortizado					
Arrendamentos	12 (b)	2.081	3.919	2.458	5.597
Fornecedores	13	2.272	3.367	376.692	375.600
		4.353	7.286	379.150	381.197
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia	8	-	-	3.759.910	1.828.814
		-	-	3.759.910	1.828.814

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

23 Benefícios de plano de pensão

A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

24 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), Responsabilidade Civil dos executivos e diretores (D&O), além de cobertura de seguros de Riscos Patrimoniais, com as coberturas, limites de indenização e prazos de vigência indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade	Principais coberturas	Limite máximo de indenização (LMI) - BRL Mil	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	761.000	até Maio/2022
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Subita, Danos Morais, entre outras	50.000	até Fev/2022
D&O	Indenização aos Administradores, Reembolso ao Tomador, entre outras	150.000	até Abril/2022

25 Compromissos de longo prazo

A controlada da Companhia possui compromissos futuros firmados com os clientes e fornecedores, para compra e venda de energia elétrica, sendo que os contratos de compra e venda de energia se estendem até 2037.

	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Ativo							
Contratos futuros de energia	1.769.229	1.063.517	1.461.266	1.377.535	1.031.683	1.756.868	8.460.098
Passivo							
Contratos futuros de energia	(1.626.271)	(932.939)	(1.294.399)	(1.433.484)	(1.388.226)	(2.286.512)	(8.961.831)
Efeito Líquido	<u>142.958</u>	<u>130.578</u>	<u>166.867</u>	<u>(55.949)</u>	<u>(356.543)</u>	<u>(529.644)</u>	<u>(501.733)</u>

26 Eventos subsequentes

26.1 Operação VTRM e CESP

a) Aprovações

No fato relevante divulgado pela CESP, em 03 de janeiro de 2022, houve aprovação das autoridades antitruste da União Europeia e Turquia, completando todas as aprovações necessárias.

b) Comitê especial independente da CESP (os números a seguir estão em reais)

O Comitê concluiu junto à administração da VTRM, as negociações da relação de troca das ações de emissão da CESP por ações de emissão da VTRM no âmbito da incorporação de ações da CESP ("Relação de Substituição"), e submeteu, em 07 de janeiro de 2022, ao Conselho de Administração da CESP a recomendação acordada, de forma unânime, pelos membros do Comitê para a relação de substituição.

A relação de substituição foi livremente negociada entre a administração da VTRM e o Comitê e incluíram as seguintes premissas:

- (i) o valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE a serem contribuídos na VTRM — excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM — foi de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões;
- (ii) os recursos em dinheiro a serem contribuídos por CPP na VTRM será de R\$ 1,5 bilhão;
- (iii) o valor econômico (*equity value*) atribuído à VTRM — sem considerar a participação detida pela VTRM na CESP e os efeitos da operação — foi de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões;
- (iv) o valor econômico (*equity value*) atribuído à CESP foi de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, equivalente a aproximadamente R\$ 27,93 por ação (independentemente da classe ou espécie e desconsideradas as ações em tesouraria);
- (v) para determinação dos valores econômicos (*equity value*) indicados acima, foi considerada a data base de 31 de dezembro de 2021 e utilizou-se a metodologia de fluxo de caixa descontado; e
- (vi) o valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis no âmbito da incorporação de ações da CESP, no valor por ação da Companhia de R\$ 0,40 e no valor total de aproximadamente R\$ 78,5 milhões, considera a estimativa dos valores dos tributos a serem retidos, pela VTRM, dos investidores não residentes por força da operação.

Assumindo as premissas acima e considerando a Relação de Substituição aprovada pelo Comitê e pelo Conselho de Administração da CESP, na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores, receberão, para cada 1 ação de emissão da CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe:

- (i) 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM; e
- (ii) 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis.

Para otimizar o valor de mercado das ações da VTRM, estimulando a liquidez e o menor impacto de oscilações na cotação, depois da Operação VTRM e antes da consumação da Incorporação de Ações, será realizado o Grupamento, de modo que cada 4,253509378 ações da VTRM serão agrupadas em 1 (uma) ação, sem alteração da cifra do capital social da VTRM. Por força do Grupamento, a relação de substituição aprovada pelo Conselho de Administração foi ajustada proporcionalmente, nos seguintes termos:

- (iii) 1,544114302635 nova ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da VTRM para cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia incorporada, independentemente da espécie ou classe;
- (iv) 0,022434625149 nova ação preferencial compulsoriamente resgatável, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da VTRM para cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia incorporada, independentemente da espécie ou classe.

Como a reorganização societária contempla a entrega, aos acionistas da CESP, de ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da VTRM, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de, aproximadamente, R\$ 78,5 milhões, a VTRM passará a ter a seguinte estrutura societária final:

Considerando o número de ações atualmente emitidas pela CESP e a quantidade de ações em tesouraria nesta data, (a) seriam incorporadas pela VTRM até 196.369.563 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da CESP, sendo até 7.050.066 ações ordinárias, até 7.301.808 ações preferenciais classe “A” e até 182.017.689 ações preferenciais classe “B”; e (b) os administradores da CESP subscreveriam, por conta dos acionistas dela (VTRM), na proporção das respectivas participações no capital social da CESP, até 307.622.529 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 303.217.051 ações ordinárias e até 4.405.478 ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis.

Para fins ilustrativos, assumindo a quantidade máxima de ações de emissão da CESP incorporadas pela VTRM conforme indicado no parágrafo anterior, na Data de Fechamento da Incorporação de Ações, imediatamente depois da Incorporação de Ações e do Resgate, o capital social da VTRM passará a ser de até R\$ 5.940.136.584,99, dividido em até 1.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme abaixo:

Acionistas	Ações	Participação
VSA	377.434.774	37,74%
CPP Investments	319.348.174	31,94%
Outros acionistas	303.217.052	30,32%
Total	1.000.000.000	100,00%

A relação de substituição poderá ser ajustada proporcionalmente em caso de modificação do número de ações do capital da VTRM e da CESP, incluindo quaisquer desdobramentos, grupamentos e bonificações das ações da VTRM ou da CESP, conforme aplicável, e proventos (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio) que venham a ser declarados pela VTRM ou pela CESP.

Considerando que já foi definida a relação de substituição proposta, a assembleia geral extraordinária da CESP ocorreu dia 15 de fevereiro de 2022, para deliberar a respeito da incorporação de ações da CESP pela VTRM, sendo que a expectativa é de concluir a Operação CESP até abril de 2022.

(vi) Incorporação reversa VGE

A operação da VTRM prevê a incorporação reversa da Companhia, que ocorreu em 03 de fevereiro de 2022. A VTRM passará a deter os seguintes ativos em seu patrimônio no momento da incorporação:

- (i) Participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia, cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (ii) Participação de 66,6667% do capital social da Pollarix, cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (iii) Participação de 100% do capital social da Votener, correspondente a 16.438.442 quotas de sua emissão.

Em consequência da incorporação reversa, o montante de 992.547.439 de ações que a VGE possui, com emissão da VTRM serão canceladas e substituídas por igual número de ações da VTRM e serão atribuídas à VSA, pois é única acionista da VGE. Além disso, em razão dos Ativos incorporados pela VTRM, serão emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da VTRM, também atribuídas à VSA (“Novas Ações VTRM”). O valor econômico atribuído (*equity value*) aos Ativos da VGE (excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM) foi de R\$ 2,8 bilhões.

(vii) Aporte de capital CPP Investments

Como ato subsequente, o capital social da VTRM foi aumentado na data de 03 de fevereiro de 2022 em R\$ 1,5 bilhão, com a emissão de 365.803.013 novas ações, a serem totalmente subscritas por CPP Investments pelo preço de emissão de R\$ 4,10 por ação, com integralização em moeda corrente nacional.

Após a implementação da Transação VTRM, VSA e CPP Investments passarão a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente.

(viii) Resgate de Ações Preferenciais da CESP

A VTRM realizará o resgate automático e compulsório da totalidade das ações preferenciais resgatáveis da CESP, com pagamento em dinheiro, em momento imediatamente subsequente à sua emissão. Uma vez resgatadas, contra a conta de reserva de capital da VTRM.

26.2 Pagamento de dividendos

Em 31 de janeiro de 2022, foram pagos à controladora Votorantim S.A., R\$ 14.220, referente aos dividendos adicionais de 2020 que foram aprovados em 2021 e a diferença no montante de R\$ 60.121 foi revertida em contrapartida à rubrica de Reserva de Retenção de Lucros conforme Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 21 de janeiro de 2022.